

RELATÓRIO CONJUNTO DE MONITORAMENTO DE DIREITOS HUMANOS



1. INTRODUÇÃO



O presente relatório conjunto de monitoramento de direitos humanos foi elaborado em razão da função constitucional da Defensoria Pública de promover os direitos humanos, prestar orientação jurídica e garantir a assistência jurídica integral e gratuita a pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade.

Em decorrência dos atos antidemocráticos ocorridos nos dias 08 e 09 de janeiro de 2023, foi efetivada a prisão de aproximadamente 1.418 pessoas, nesse total incluídas pessoas que foram flagranteadas na Praça dos Três Poderes e outras que ocupavam área em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília¹.

Conforme consignado no item 2, da parte dispositiva da decisão proferida nos autos do Inquérito n. 4.879/DF, que tramita no Supremo Tribunal Federal, o Ministro Relator determinou:

2) A DESOCUPAÇÃO E DISSOLUÇÃO TOTAL, em 24 (vinte e quatro) horas, dos acampamentos realizados nas imediações dos Quartéis Gerais e outras unidades militares para a prática de atos antidemocráticos e **prisão em flagrante** de seus participantes pela prática dos crimes previstos nos artigos 2^a, 3^o, 5^o e 6^o (atos terroristas, inclusive preparatórios) da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 e nos artigos 288 (associação criminosa), 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito) e 359-M (golpe de Estado), 147 (ameaça), 147-A, § 1^o, III (perseguição), 286 (incitação ao crime). (g.n.)

Com o cumprimento da decisão, além das pessoas que já tinham sido presas em flagrante, foram encaminhadas aproximadamente

¹ Disponível em <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/12/bolsonaristas-radicaais-presos-em-brasilia-sao-vacinados-contr-a-covid-19-na-penitenciaria-da-papuda.ghtml>. Acesso em 13.01.2023.

1.200 pessoas para a Academia Nacional de Polícia, onde seriam realizadas as oitivas e a lavratura dos flagrantes.

Após tal procedimento, eram realizados os exames de praxe do IML e, com o apoio da Polícia Civil, os/as flagranteados/as eram encaminhados/as ao Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília/DF. Os homens seguiram para o Centro de Detenção Provisória II e as mulheres para a Penitenciária Feminina do Distrito Federal.

Diante desses acontecimentos, com elevada demanda por assistência jurídica e o risco de colapso do sistema penitenciário distrital, a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) organizaram reuniões com diversas instituições, inspeções nos locais de privação de liberdade e mobilização de defensores e defensoras para o acompanhamento das audiências de custódia. A partir dos dados e informações obtidas, as Defensorias também adotaram medidas jurídicas perante o Supremo Tribunal Federal e a Vara de Execuções Penais do Distrito Federal.

A seguir, apresentamos cronologicamente um breve relato das diligências realizadas e medidas tomadas.

2. DILIGÊNCIAS REALIZADAS

The image features a dark blue background with abstract, overlapping shapes in white and teal. The shapes are rounded and layered, creating a sense of depth and movement. The teal shapes are positioned in the lower-left and middle-left areas, while the white shapes are more prominent in the upper-left and middle-left. The overall composition is clean and modern.

2.1. Academia Nacional de Polícia, 09/01/2023

No dia 09 de janeiro de 2023, quando os primeiros comboios com pessoas presas chegaram à Academia Nacional de Polícia (ANP), membros da Defensoria Pública da União (DPU) dirigiram-se ao local para dialogar com as autoridades policiais sobre o fluxo de oitivas e lavratura das prisões em flagrante. Também foram verificadas as condições das pessoas conduzidas, notadamente quanto à assistência médica, alimentação, acesso a informações, etc.

Constatou-se que diversos ônibus estavam estacionados no pátio da ANP com aproximadamente 40 pessoas em cada veículo. **Não havia pessoas algemadas, todas as pessoas tinham acesso aos aparelhos celulares, dialogavam entre si e dispunham de equipes de pessoal e ambulância para atendimentos médicos.**

A partir de diálogo com o Delegado Negrais, responsável pela organização dos trabalhos da Polícia Federal, observou-se que seriam realizadas as oitivas em salas da ANP estruturadas para o trabalho simultâneo de 20 (vinte) Delegados/as e Escrivães da Polícia Federal. Após as oitivas, seria realizado o encaminhamento ao Instituto Médico Legal para os exames clínicos de rotina. A seguir, a Polícia Civil do Distrito Federal ficava responsável por conduzir as pessoas detidas às unidades prisionais onde dariam ingresso no sistema penitenciário.

Durante a missão notou-se que as pessoas tinham oportunidade de conversar previamente com advogados/as constituídos/as, que também poderiam acompanhar as oitivas da Polícia Federal.

A partir desse fluxo, foram iniciados os trabalhos para a execução da ordem judicial de prisão daqueles/as que se encontravam, em tese, nos

acampamentos realizados nas imediações dos Quartéis Gerais e outras unidades militares para a prática de atos antidemocráticos.

2.2. Secretaria de Administração Penitenciária, 10/01/2023

No dia 10 de janeiro (terça-feira), em reunião conjunta com a Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do Distrito Federal, a Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal (SEAPE-DF), representada pelo Secretário Wenderson Souza e Teles e sua equipe, salientou que tinham recebido desde domingo aproximadamente 232 homens e 119 mulheres presas em decorrência dos atos antidemocráticos.

Estimaram um **aumento de aproximadamente 10% da população prisional no DF**; informaram que tinham sido adotadas como medidas de contingência a reativação dos blocos, a obtenção de colchões e alimentação em número suficiente para as pessoas detidas; a organização de médicos para o atendimento de uma média de 60 pessoas por hora no IML.

Segundo a SEAPE, na segunda-feira a alimentação foi garantida pela Secretaria de Desenvolvimento Social. A partir do dia 10 de janeiro, a SEAPE disponibilizaria alimentação para pessoas presas na Academia da Polícia Federal.

A Secretaria destacou que cerca de **500 pessoas tinham sido liberadas pela Polícia Federal (PF) por questões humanitárias**: pais e mães com crianças, pessoas idosas ou com comorbidades. Salientou que os blocos IV e VI, do Centro de Detenção Provisória (CDP) II, tinham sido reativados; e que o Bloco IV, do CDP I estava separado caso fosse necessário remanejar mulheres da Penitenciária Feminina. Foi informado que os blocos IV e VI do CDP II estão recebendo homens, sendo possível ainda a abertura de mais dois blocos, caso necessário. Foi afirmado que as

pessoas presas pelos atos antidemocráticos não estão tendo contato com as pessoas presas anteriormente.

Questionados sobre o procedimento de alocação de mulheres na mesma unidade prisional que homens, responderam que a juíza da Vara de Execuções Penais havia autorizado tal providência nos autos n. 0400061-70.2023.8.07.0015. Esse ponto era de grande preocupação das Defensorias Públicas, que entendiam que **uma alternativa adequada seria a liberdade de mulheres no regime semiaberto que trabalham externamente mediante monitoramento eletrônico. Apurou-se em torno de 85 mulheres nessa situação.**

No que tange às tornozeleiras eletrônicas, a SEAPE informou que o contrato vigente cobriria todas as tornozeleiras. Contudo, havia apenas 200 em estoque e seria necessário aguardar em torno de 10 dias para que fossem operacionalizadas. Demonstraram preocupação também com os casos de retornos das pessoas presas aos Estados de origem. Informaram que 85 mulheres estão no regime semiaberto em trabalho externo, as quais teoricamente poderiam passar a ser monitoradas, o que liberaria 120 vagas no sistema penitenciário.

Por fim, comprometeram-se a responder com celeridade às seguintes informações requisitadas pelas Defensorias Públicas:

- a) O quantitativo de mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco, tanto da população prisional atual quanto das pessoas conduzidas pela Polícia Federal na recente Operação;

- b) A capacidade de ocupação dos CDPs I e II, bem como dos demais estabelecimentos do Complexo Prisional e a quantidade final de pessoas que estarão aprisionadas em cada estabelecimento;
- c) Pessoas presas preventivamente há mais de 90 (noventa) dias no Complexo Prisional;
- d) Pessoas que estejam presas preventivamente em razão da imputação de crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa;
- e) As condições materiais do Complexo Penitenciário e dessa Secretaria de Administração Penitenciária para garantir à totalidade da população em privação de liberdade o direito à alimentação suficiente e vestuário; a assistência médica, tratamento ambulatorial, acesso à enfermagem, espaços adequados para descanso e sono, banho de sol, e os demais direitos previstos na Lei de Execução Penal e nas normas regentes em âmbito distrital.
- f) Informações sobre a permanência de mulheres recolhidas no CDP I, com a devida justificativa sobre o não recebimento na Penitenciária Feminina do Distrito Federal;
- g) Rol total com o nome das pessoas com ingresso no sistema penitenciário desde 08 de janeiro de 2023.

No dia 11 de janeiro de 2023, a SEAPE-DF apresentou resposta parcial aos questionamentos na qual indica que os CDPs I e II possuem **980 vagas** cada, e que a Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) possui **1.028 vagas**.

Informaram que no início de 11 de janeiro de 2023, a quantidade de custodiados era **1.361 pessoas** no CDP I; **1.577 pessoas** no CDP II; e **923 pessoas** na PFDF. Na resposta, a SEAPE ainda observou que “ao considerar o limite físico existente na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, a VEP/TJDFT autorizou, como medida excepcional, a alocação de mulheres

presas no Bloco VI no CDPI, desde que totalmente apartado da população prisional masculina (...)"'. Ponderou ainda que a utilização desse bloco ocorreria apenas caso fosse ultrapassada a capacidade estrutural e operacional da PFDF, que naquele momento poderia receber no máximo mais 300 mulheres.

Quanto às condições materiais das unidades, a SEAPE afirmou que todos os esforços estavam sendo feitos para garantir a assistência material às pessoas presas com itens de higiene pessoal e coletiva, colchões, cobertores, sandálias, entre outros. Informaram também que cada estabelecimento prisional possuiria uma Equipe Básica de Saúde (UBS Prisional) que foram reforçadas para atender a alta demanda.

2.3. Inspeção na Academia Nacional da Polícia Federal - Rodovia DF-001, KM 02, Setor Habitacional, Taquari - Lago Norte - 10/01/2023, 12h

A equipe das Defensorias foi recebida pelo Delegado Federal Henrique. No primeiro momento, as Defensorias se reuniram em uma sala e, após, houve uma visita ao ginásio.

A Academia Nacional da Polícia Federal (ANPF) era onde se encontravam as pessoas que foram detidas nos atos de domingo e, na segunda-feira, aquelas vindas do acampamento em frente ao QG do Exército.

Segundo a autoridade policial, pessoas maiores de 60 anos, pessoas com comorbidades, gestantes, pais e mães com seus filhos menores foram liberados entre segunda-feira e o início desta terça-feira. **Posteriormente, apurou-se que 599 pessoas foram liberadas por essas razões².**

² Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/01/5065203-pf-libera-599-manifestantes-de-atos-terroristas-por-questoes-humanitarias.html>). Acesso em 13.01.2023.

Pessoas que tiveram alguma intercorrência de saúde foram levadas aos hospitais e colocadas em liberdade. Tais pessoas foram tão somente identificadas e, em seguida, liberadas.

As demais foram sendo submetidas a um procedimento de triagem, oitivas, revistas e conduzidas ao presídio. A Polícia Civil do Distrito Federal era responsável por essa condução, que era realizada em ônibus.

Não havia crianças ou adolescentes na ANPF no dia da reunião e os celulares eram apreendidos apenas após a oitiva e a lavratura do Auto de Prisão em Flagrante.

O delegado negou que tivesse ocorrido óbito; informou que são notícias falsas. As pessoas conduzidas até a ANPF permanecem com seus aparelhos celulares até a realização da triagem e oitiva da autoridade policial.

Algumas pessoas não queriam ser ouvidas e identificadas. A presença de idosos ainda no local seria justificada por isso, além de outros que estão com familiares.

Foram disponibilizadas 3 refeições, entre café da manhã, almoço e jantar. A água era disponibilizada de forma contínua. Segundo o delegado, a alimentação era fornecida pelo DEPEN.

Naquele momento da visita havia ainda aproximadamente 700 pessoas detidas na ANPF. Segundo a autoridade policial, eram ouvidas em média 30 pessoas por hora. O planejamento era de que todas as pessoas fossem encaminhadas para o sistema penitenciário até quarta-feira.

Após a reunião com o Delegado Federal, as defensoras e defensores visitaram o local em que as pessoas estavam detidas. A maioria estava alocada no ginásio, outras estavam em barracas próprias montadas no gramado no

entorno do ginásio. Nenhuma dessas pessoas estava submetida ao uso de algemas.

Não havia chuveiro disponível para banho, uma das situações mais nítidas que impunha urgência na solução da situação dessas pessoas.

2.4. Ministério de Direitos Humanos - 10/01/2023, 13h30

A reunião foi conduzida pelo Ouvidor Nacional de Direitos Humanos, Bruno Renato Teixeira.

O Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, compareceu e abriu a reunião, que contou também com a equipe da Ouvidoria, da Subsecretaria de Direitos Humanos e Equidade Étnico Racial da Secretaria de Estado de Justiça do Distrito Federal e de peritas do Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura (MNPCT).

Segundo Sueli, Subsecretária de Direitos Humanos, havia duas adolescentes até a noite do dia 09 de janeiro de 2023, mas foram liberadas com seus familiares.

O Conselho Tutelar, as Secretarias da Criança e Adolescente e do Idoso também foram acionadas. A Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) forneceu a alimentação no dia 09 de janeiro.

A SEDES também trabalhou na garantia de passagens para aquelas pessoas que não possuem condição de retornar com os próprios custos. Também foram disponibilizados psicólogos e assistentes sociais para o atendimento à população.

2.5. Inspeção no CDP II - Blocos IV e VI - 10/01/2023, 15h

As representações da DPDF e da DPU foram acompanhadas de três peritas do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Ao chegar à unidade, as equipes foram recebidas pelo Diretor-Adjunto Barreiro. Em uma conversa inicial, inquiriu-se a respeito da estrutura da unidade para receber as pessoas detidas nos eventos ocorridos nas datas dos dias 8 e 9 de janeiro de 2023.

Diante do grande quantitativo de custodiados, número sem precedentes, a SEAPE montou uma força-tarefa para receber essas pessoas. Inclusive, foram cedidos servidores de outras unidades e áreas da Secretaria para dar conta do contingente que chegaria ao CDP.

O responsável pela unidade prisional afirmou que, desde domingo, dia 8 de janeiro, a unidade estava recebendo as pessoas que foram detidas e que, até aquele momento, haviam acomodado já 287 internos na unidade. Todos esses custodiados foram distribuídos no Bloco VI da unidade, que anteriormente estava desativado. No momento em que chegamos à unidade, havia um ônibus de pessoas privadas de liberdade entrando com o quantitativo de cerca de 43. Essas, e as próximas a chegarem, passariam a ser distribuídas no Bloco IV, que também se encontrava desativado.

Os dois blocos têm capacidade total para 196 pessoas. Entretanto, estão alocando 12 pessoas em cada cela, que apresenta capacidade para 8.

O responsável informou ainda que havia previsão de chegada de, pelo menos, 400 detidos. Portanto, **o quantitativo de vagas que restavam no Bloco IV era francamente insuficiente para abrigar o número de pessoas esperadas.**

No CDP II, haveria um terceiro bloco desativado, que estaria servindo como um depósito. A direção relatou que no CDP I, que fica ao lado, há também um bloco vazio. Entretanto, informou que, em reunião com a Juíza Titular da Vara de Execuções Penais, Ministério Público Estadual e SEAPE, foi determinado que aquele bloco seria reservado para mulheres que porventura não pudessem ser acomodadas na Penitenciária Feminina do DF. Disse ainda, que haveria outros blocos desativados também naquela unidade.

Em que pese não terem sido identificadas pessoas que se declaram LGBTQIA+, o servidor salientou que há um bloco específico para receber essa população.

Ele informou que todos que chegaram estavam fazendo teste rápido para Covid-19 e que, desses, três testaram positivo e foram separados. Foi relatado ainda que a unidade providenciaria vacinação para todas as pessoas, segundo o protocolo do estabelecimento.

Destacou também que a unidade tinha à disposição 900 colchões para serem distribuídos. Relatou que todas as pessoas que chegavam recebiam kit de higiene pessoal e de limpeza.

Quanto à alimentação, fomos informados que foi possível aumentar o quantitativo de refeições junto à empresa fornecedora; que estavam todos recebendo quatro refeições por dia; e que, se tivesse necessidade de aumento, a empresa comportaria.

Ele informou que **97% das pessoas que chegaram não eram do DF e eram oriundos de outros Estados da federação.**

Os bens eram recolhidos, identificados e guardados, mas os valores em dinheiro eram deixados em posse das pessoas. A Administração Penitenciária mencionou, por exemplo, o caso de uma pessoa que estava de

posse do valor de R\$3.000,00 (três mil reais) em dinheiro. Outro cidadão, apontado como um policial civil aposentado, portava um cofre com uma arma.

Os bens pessoais estavam alocados em um banheiro desativado da área do banho de sol pois, segundo a Administração, não havia outro local adequado para guardar o grande volume de bens que as pessoas traziam. Havia uma etiqueta identificando o respectivo proprietário. Segundo a Administração penitenciária, os bens ainda seriam arrolados e descritos para facilitar a devolução.

Na visita ao Bloco VI, que já estava ocupado, tivemos oportunidade de entrevistar rapidamente algumas pessoas custodiadas. Havia 12 pessoas em cada cela, todas tinham colchão. As celas têm quatro beliches com duas camas, então **4 pessoas estavam dormindo no chão.**

As celas tinham uma pia, um chuveiro com água fria e um vaso sanitário. O banheiro fica à vista de quem passa no corredor, **não havendo nenhuma privacidade para realizarem suas necessidades.** As portas das celas são chapeadas e há algumas ventanas, que permitem iluminação e ventilação mediana no local.

A maioria informou que tinha recebido kit de higiene, mas, entre as pessoas que estavam lá há pouco tempo, algumas ainda não haviam recebido esses itens. Algumas pessoas ainda relataram que não receberam roupa de cama e toalhas. Destacaram ainda a necessidade de um saco de lixo nas celas.

Alguns custodiados estavam com a roupa padrão da unidade, de short e blusa brancos, outros ainda estavam com a roupa do corpo. O servidor informou que estavam providenciando roupas para todos.

De maneira unânime, relataram que foram tratados de forma respeitosa e digna na unidade pelos Policiais Penais, assim como na Polícia Civil. As pessoas relataram que haviam passado por atendimento médico, mas algumas ainda estavam **sem acesso a medicamentos de uso contínuo**, como medicamento de hipertensão ou para problemas cardiovasculares.

Durante a realização da visita, foram verificados dois momentos em que uma equipe de saúde realizava atendimentos.

Dentre os custodiados, identificamos alguns militares da reserva.

Durante as entrevistas verificamos que **o maior pleito dos custodiados era o contato familiar, visto que nem todos conseguiram contato com suas famílias.** Inclusive, algumas pessoas também tiveram suas mães e companheiras detidas e, até aquele momento, não tinham informações sobre seu paradeiro (se seguem em custódia ou em liberdade).

A maioria não tem assistência jurídica particular. Algumas pessoas relataram que ainda não tinham conseguido fazer contato com seu advogado.

Fomos ainda ao Bloco IV, onde seriam alocadas mais pessoas que estavam ainda por chegar na unidade. O bloco ainda estava vazio e as pessoas que haviam chegado naquele momento na unidade estavam no pátio de banho de sol passando por uma triagem. Esse bloco tem estrutura idêntica ao bloco VI e as celas estavam em boas condições.

Até aquele momento, ninguém havia passado pela audiência de custódia. Os entrevistados haviam sido detidos no domingo e estavam na unidade desde a tarde do dia 9 de janeiro. Eles informaram que passaram por exame de corpo e delito.

Em conclusão, foi possível verificar que **a unidade não tem capacidade de acolher todas as pessoas detidas**, visto que ainda há um grande contingente a ser processado e encaminhado ao estabelecimento. Vale lembrar que o número total de pessoas detidas, cerca de 1.500, corresponde a aproximadamente 10% da população prisional total do DF.

Nesse sentido, o MNPCT relatou ver com preocupação a sobrecarga que esse quantitativo de custodiados pode representar para o sistema prisional do DF, impactando inclusive as pessoas que já se encontram privadas de liberdade, e que terão mais dificuldade de acesso aos serviços de assistência. Essa alteração na rotina da unidade certamente gerou descontinuidade nos serviços penais. **Tal descontinuidade é aferível desde a decisão do Juízo da Vara de Execuções Penais, que permitiu o sobrestamento de 30 dias da confecção dos relatórios de remição de pena.**

Os servidores cedidos precisarão voltar para suas funções normais, deixando a unidade desguarnecida. O efetivo que lá se encontra foi surpreendido com esse quantitativo de pessoas chegando; não estavam preparados para atender essa demanda extraordinária.

Também consideramos grave a previsão de alocação de mulheres em unidade masculina, o que inclusive contraria a Lei de Execuções Penais e as normativas internacionais.

A seguir, alguns registros fotográficos da inspeção:



















2.6. Inspeção na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, 10/01/2023, 16h30min

Membros da Defensoria Pública da União e da Defensora Pública do Distrito Federal compareceram à Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), vulgarmente conhecida como “Colmeia”, para obtenção de informações e dados sobre as mulheres presas. Havia preocupação com a sobrecarga da unidade prisional e o remanejamento de mulheres à unidade prisional masculina.

Fomos recebidos pela Diretora Kamila Mendonça. Ela reportou que começaram a receber as primeiras mulheres na madrugada de segunda-feira (81 pessoas). Posteriormente, receberam continuamente comboios até alcançarem o total de 161 novas mulheres presas na unidade. Apontou que elas chegam sem a comunicação da prisão e sem qualquer informação sobre sua condição; muitas não sabem onde estão chegando. Foram detectados alguns casos de Covid-19, que foram isolados.

Chegavam apenas com a roupa do corpo ou com vestuários que não se adequavam ao padrão da unidade prisional; em regra não tinham conseguido tomar banho. Após o ingresso, era garantida assistência material, social, médica e psicológica. Não havia previsão sobre a realização de audiências de custódia e no local havia presas maiores de 60 anos. Iniciamos a inspeção pelas alas que foram separadas exclusivamente para as novas pessoas privadas de liberdade. As alas apresentavam bom aspecto externo e não foi reportada situação de desabastecimento de materiais de higiene ou alimentação. No entanto, não conseguimos ingressar; as celas ficavam permanentemente abertas e a diretora ponderou que, se necessário, poderiam ser utilizadas áreas comuns para o descanso noturno.

Dialogamos com mulheres presas de diferentes idades que chegaram ao local; uma delas possuía a cabeça raspada e relatou a necessidade de tratamento oncológico. Solicitamos o envio da documentação para a elaboração do pedido de liberdade em sede de audiência de custódia. A diretora ponderou que não saberia dizer se a unidade prisional suportaria um aumento exponencial de mulheres detidas; **salientou que todo o efetivo estava mobilizado para evitar qualquer dano à rotina da unidade prisional e que seria muito importante a assistência jurídica às mulheres em privação de liberdade.**

Finda a visita, mencionamos a possibilidade de retorno nos dias subsequentes para aferir o impacto do contingente total que estavam a caminho da unidade prisional.

2.7. Inspeção CDP II - 12/01/2023, 10h

Equipes da DPDF (Defensores e Psicossocial), DPU e DPSC. Fomos recebidos pelo Diretor-Adjunto Barreiro, que esclareceu que foi autorizada a entrada dos advogados com o seguinte fluxo: 5 salas de atendimento por bloco, das 09h30 às 18h, entrando, a cada 30 minutos, 10 advogados.

Superaram a fase de recebimento dos internos; agora, passam a receber os advogados e entregar os materiais individualmente.

Dos atendimentos nas celas da Ala A e B do Bloco VI, **verificou-se a ausência de banho de sol das pessoas custodiadas**, o que foi confirmado pelo Diretor-Adjunto, sob a justificativa de falta de equipe para operacionalizar a saída e ingresso dos custodiados, que está direcionada a realizar o ingresso e registro das pessoas encaminhadas à unidade prisional.

Constatou-se o pequeno número de audiências de custódia realizadas, superando-se o prazo de 5 (cinco) dias desde a realização da

prisão. Muitos relataram não ter tido contato com a família, inclusive, no momento da prisão. A principal demanda está no contato com os familiares (muitos não lembram os números de telefone).

Também se verificou a ausência de fornecimento, para todos os custodiados, de kit de higiene, em especial, de sabão e desodorante.

Permanece a sobrecarga de serviço aos servidores da unidade prisional, especialmente dos policiais penais.

Total de presos: **904 novos presos.** O quantitativo aumentou de **1200 para 2104 pessoas privadas de liberdade**, representando 85% de aumento da população carcerária no CDP II.

A direção afirmou que haverá transferência de 300 presos anteriores para o CDP I e concentrarão todos os presos dos dias 08/09 no CDP II.

Todos os servidores do expediente foram convocados no domingo e contam com apoio dos servidores do CDP I. Ponderou que o efetivo estaria suprido.

O Diretor informou que foram recebidos muitos materiais, que houve grande dificuldade de triar esses materiais. Os bens foram identificados e depositados, os valores em pecúnia ficaram com os presos (um deles estaria com R\$3 mil), medicamentos e alianças de ouro.

As roupas brancas estavam sendo providenciadas. Todos receberam colchões novos, os kits de higiene foram recebidos e encaminhados aos poucos. A alimentação foi suprida pela empresa Vogue **e não tinha cantina em funcionamento.**

Pela equipe foram constatadas **muitas queixas de saúde mental, quadros de depressão e ansiedade.** Havia uma cela só com idosos, muitos

militares (até oficiais da Marinha), policiais de outros Estados, pessoas com diplomação superior que foram alocadas em celas separadas configurando Salas de Estado Maior. Não foi prestada nenhuma informação sobre recambiamento.

Todos os ingressos foram testados para COVID; na triagem da saúde foi ofertada vacinação e alguns detentos foram vacinados.

Na inspeção, **verificou-se a média de 14 a 16 pessoas por cela.** Colheram-se relatos sobre a presença de muitas goteiras nas celas da Ala A e B, bloco VI, o que impossibilitaria o sono durante as chuvas.

A equipe recebeu com preocupação a informação de que a Polícia Federal reservou sala para coleta de amostra biológica dos ingressos, para fins de identificação do perfil genético.

Sobre a alimentação, alguns relataram a **má qualidade dos alimentos e pouca quantidade no fornecimento de frutas**, tendo sido relatado o descarte de boa parte das marmitas (almoço e janta) por não conseguirem comer devido ao gosto ruim e ao mau preparo.

Muitos não estão com a medicação de uso controlado. Confirmaram que estavam com colchões suficientes e não houve relatos de violência, mas **alguns relataram que policiais penais femininas estariam realizando revista vexatória.**

Na entrevista nas celas, foi feito atendimento pelos Defensores Públicos e pelas psicólogas da SUAP. A principal orientação foi a respeito da dinâmica, finalidade e resultado das audiências de custódia, nos termos da decisão do Ministro Alexandre de Moraes.

Outra conduta adotada foi a orientação dos direitos legais e constitucionais de todas as pessoas privadas de liberdade, a conscientização em direitos humanos, a dificuldade logística enfrentada pela administração prisional em virtude do grande número de presos simultâneos e a necessidade de isonomia de tratamento com os presos anteriores.

Muitos relataram a dificuldade de contato com os advogados, reconheceram e elogiaram o trabalho da Defensoria Pública. Foi elaborada lista com nomes e medidas emergenciais.

2.8. Inspeção na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, 13/01/2023, 15h

A missão foi composta por Defensoras e Defensores Públicos Federais, Defensoras e Defensores Públicos do Distrito Federal, e por peritas do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. A Penitenciária Estadual Feminina do Distrito Federal (PFDF), também conhecida como “Colmeia”, é um estabelecimento prisional de segurança média destinado ao recolhimento de sentenciadas em cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado e semiaberto, bem como de custodiadas provisória. Em caráter excepcional e em casos previamente analisados pela Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, também pode acolher presas provisórias federais.

A unidade foi construída na década de 1990, e de lá até presente passou por algumas reformas ampliando os espaços, e atualmente possui a capacidade máxima de 1.028 vagas. Devido ao grande número de prisões ocorridas no último 8 de janeiro, encontra-se com o contingente de pessoas custodiadas que caminha para uma superlotação.

Em conversa inicial com a Direção Geral da unidade, foi nos repassado algumas informações importantes referentes a situação das mulheres que recém chegaram na “Colmeia”, bem como os procedimentos que foram

adotados para alocá-las de forma devida. Desde terça-feira até presente data (13/01) **receberam 493 mulheres que vieram transferidas da quadra da Academia de Polícia Federal, sendo que três delas por serem advogadas foram transferidas para sala de Estado Maior.** No dia em que elas chegaram constatou-se que não tinham conhecimento de que estavam sendo conduzidas para um presídio, pois os policiais responsáveis pela escolta não as informaram para onde estavam sendo levadas, apenas informaram que estavam sendo levadas para rodoviária. Tal informação pudemos confirmar também através dos relatos de algumas custodiadas que entrevistamos. Segundo a direção, da forma como elas chegaram na unidade, e pelo fato de que muitas jamais estiveram num presídio, **ficaram extremamente abaladas psicologicamente.**

Considerando que a “Colmeia” não estava preparada para receber esse quantitativo de mulheres, a direção teve que fazer algumas **mudanças que impactaram a rotina das internas que já se encontram na unidade cumprindo pena, como por exemplo, a remoção das 17 mulheres trans de um bloco para celas que são destinadas para visitas íntimas.** Desta forma distribuíram em média de 12 até 13 pessoas, com capacidade máxima para abrigar 8 pessoas.

A Administração já distribuiu colchões, cobertores, kits de higiene com dois pacotes de absorventes e limpeza, **faltando apenas os uniformes, chinelos e roupa de cama** (lençol e toalha) que são confeccionados na oficina de costura da própria unidade pelas internas; que assim que estivesse pronto esse enxoval seria entregue a todas. São servidas quatro refeições ao dia: café da manhã (achocolatado e pão) almoço (proteína, arroz e feijão), jantar (proteína, arroz e feijão) e ceia (pão e uma fruta). A marmita com a refeição pesa 600 gramas. O acesso à água para consumo e higienização fica disponível 24 horas na torneira das celas. **Não há banho quente disponível nas celas, o que foi objeto de reclamação pelas entrevistadas.**

A Direção ainda pontua que **a unidade não está preparada para atender uma demanda de saúde maior, pois atualmente sua Equipe de Saúde é pequena e que, se houver uma permanência por mais tempo das custodiadas na unidade, será preciso aumentar a quantidades de profissionais.** O mesmo deverá ser feito em relação ao número de policiais penais, muito embora já tenha recebido alguns funcionários extras de outras unidades para dar suporte nos plantões. Relatou ainda que foi difícil extrair os dados das custodiadas das cópias dos Autos de Prisão em Flagrante, já que **todos apresentavam teor igual digitados, sendo que os dados pessoais foram preenchidos de forma manual, o que dificultava a compreensão da caligrafia.**

Disse ainda que a Polícia Federal estava na unidade desde manhã colhendo material genético³ e realizando identificação das pessoas envolvidos nos atos, e que 100 custódias já teriam passado por audiência de custódia. Com relação aos pertencentes das custodiadas, foram devidamente separadas e etiquetadas por nomes, e que joias (até aliança de casamento, valores em dinheiros, cartões foram encaminhados para a SEAPE. Já malas, roupas e outros objetos estão armazenados num depósito. Celulares também foram recolhidos ao depósito e até presente momento não foram periciados.

Em conversa com a perita criminal da PF, disse que já tinha feito a **coleta de material genético de 150 mulheres**, sendo que até aquele momento, apenas duas se recusaram a realizar o exame. A perita ainda informou que estava amparada por decisão judicial para realizar tal procedimento.

Em seguida solicitamos acesso às internas *trans* que tiveram que ser transferidas de suas alas, para que as novas custodiadas fossem alocadas. Em

³Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112654.htm#art4
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112037.htm

conversa com as mulheres *trans*, restou claro a frustração delas por **serem retiradas abruptamente de suas alas de convívio, bem como a quebra de suas rotinas, como o direito ao banho de sol e visita social que tiveram prejuízo**. Encontram-se agoniadas e ansiosas por estarem em celas minúsculas, e sem previsão de retornarem para as suas antigas alas de convivência.

Algumas relataram que estavam há três dias sem banho de sol, o que só retornou há um dia apenas, mas com o tempo reduzido. **Elas estão alocadas e distribuídas em média de quatro até cinco na cela minúscula que serve para visita íntima, inclusive tiveram que desentupir o vaso do banheiro com a mão**. Relatam ainda que estão dormindo apertadas, já que só tem uma cama e as demais dormem no chão. Reclamaram também que não tem direito de trabalharem na oficina de costura juntamente com as outras mulheres, mas que gostariam de ter mais uma oportunidade para fins de obter remição de pena. Atualmente só conseguem remição pelo projeto “Ler Liberta” e por artesanato. Dizem ainda que conseguem estudar e ter acesso ao ENCCEJA e ENEM anualmente, mas que no momento, por estarem nas celas de visitas íntima que se encontram **sem iluminação adequada no corredor (lâmpadas queimadas), não conseguem ler as apostilas depois das 18hs**.

Elas relataram que, com o aumento da população prisional, o banho de sol diário tem sido atrasado e reduzido, e que o certo seria 1:30 horas de banho de sol diário, o que não tem sido feito corretamente. Afirmam que, no dia 12/01/2023, por exemplo, não foi cumprido.

Destacaram que o uso do espaço íntimo também não foi restabelecido e que as presas transexuais não têm acesso a trabalho, assim como as demais. Enfatizaram que os Parlatórios precisam ser readequados, nas mesmas condições do Bloco A, onde estão as presas pelos atos antidemocráticos.

A unidade conta com 17 mulheres *trans* e nenhuma delas conseguem continuar fazendo tratamento de hormonioterapia, já que é difícil ter acesso aos hormônios, seja em comprimidos ou injetáveis que só podem ser adquiridos com receita médica. Informam que gostariam muito de ter o tratamento com acompanhamento médico.

Em seguida, nos deslocamos para o bloco onde se encontravam alocadas as custodiadas pelos atos antidemocráticos, pois já haviam realizado a coleta do material genético. Iniciamos a conversa começando pelas últimas celas, onde pudemos ouvir relatos que vão de questões de saúde, abalo emocional e psicológico por conta da forma como foram presas e conduzidas até o presídio. **Disseram que nem todas ainda tinham recebido roupas secas (uniforme da unidade), chinelos e medicamentos que já haviam sido solicitados.** Identificamos pessoas com problemas de saúde que necessitam continuar tomando assiduamente a medicação, como pessoas soropositivas, com diabetes, problemas cardíacos, hipertensão, fibromialgia e asma/bronquite. Também identificamos pessoas que necessitam de dieta especial, bem como intolerância a lactose e glúten.

No geral, o maior pleito é por acesso a advogado/a ou defensor/a público/a, e perguntam incisivamente se serão liberadas depois da audiência de custódia. **A maioria reclama também da dificuldade de não conseguirem fazer contato com família e a demora na entrega da medicação que já fora solicitada. Reclamaram também que o arroz veio cru e o feijão com gosto de azedo, e que a comida é indigesta.**

Anotaram-se queixas por falta de insuficiência de cobertores (os distribuídos seriam muitos finos e que precisam de mais para não passar frio a noite), falta de toalhas para banho e trocas de roupas íntimas para higiene menstrual. Por outro lado, as mulheres presas narraram que são tratadas com respeito pelos servidores da Polícia Penal.

Durante o atendimento coletivo feito nas celas, houve a orientação a respeito da dinâmica, finalidade e resultado das audiências de custódia, nos termos da decisão do Ministro Alexandre de Moraes.

Outra conduta adotada foi a orientação dos direitos legais e constitucionais de todas as pessoas privadas de liberdade, a conscientização em direitos humanos, a dificuldade logística enfrentada pela administração prisional em virtude do grande número de presos simultâneos e a necessidade de isonomia de tratamento com os presos anteriores.

Além disso, ante o relato de que muitas haviam sido provocadas a contratar advogados particulares mesmo sem possuir capacidade financeira para tanto, os membros das Defensorias Públicas **esclareceram a função constitucional da instituição em prestar assistência jurídica gratuita**, informando que antes da realização do ato da audiência de custódia teriam acesso a entrevista privada com um(a) defensor(a) que realizaria demais instruções e postularia pela concessão de liberdade provisória ou outras medidas cautelares diversas da prisão nas audiências. Esclareceu-se, ainda, que tal serviço poderia ser prestado igualmente no transcorrer dos processos.

Ressalta-se **que a desigualdade de gênero se manifesta também na situação de cárcere. Constatou-se que as mulheres se encontram em situação de maior vulnerabilidade que os homens**. Diferentemente dos homens, que tiveram relativizadas algumas regras do cárcere em razão da excepcionalidade da circunstância, como a possibilidade de ficar com roupas de cores pretas e até mesmo camufladas, **as mulheres narraram que foram impedidas de ficar com determinados itens, como sutiãs de cor preta. Os homens presos no CDP permaneceram de posse dos valores em dinheiro e alianças, enquanto as mulheres foram privadas de todos os itens pessoais**.

Por não haver disponibilidade de uniformes, **as mulheres relataram estar desde o momento da prisão sem possibilidade de trocar de roupas.** Foram atendidas mulheres que estavam utilizando cobertores para se cobrir, enquanto lavavam suas roupas. Foi constada a ausência de chuveiro em uma das celas (cela 11) e ausência de descarga automatizada na cela 13, ala A, Bloco VI. As mulheres utilizavam sacolas para encher de água da torneira e realizar a higienização.

Durante os atendimentos coletivos foi frisada a informação de que a situação de cárcere é em si violadora de direitos humanos e que os problemas relatados pelas ingressantes eram semelhantes ao das demais internas, sobretudo quanto à qualidade da alimentação. Destacou-se que o Estado de Coisas Inconstitucionais de todo o sistema penitenciário brasileiro foi reconhecido pelo STF. Esse estado de coisas viola de forma desproporcional o direito de mulheres, da população *trans* e de pessoas negras. Basta cruzar o portão de uma unidade prisional para que a pessoa presa esteja em uma situação de ofensa a direitos fundamentais e se caracterize como vulnerável.

Importa mencionar que os pedidos feitos ao Poder Judiciário de concessão de liberdades no caso de mulheres em situações especiais (idosas, mulheres com deficiência, ou com filhos menores e/ou com pessoas com deficiência sob sua dependência), bem como a monitoração eletrônica de mulheres em regime de semiliberdade e trabalho externo, **visavam também à mitigação da situação de violação do cárcere e diminuição da população carcerária, prevenindo justamente algumas ofensas constatadas, tanto para mulheres presas anteriormente, como o grupo de mulheres *trans* que tiveram substancialmente piorada a situação na prisão, como das mulheres presas nos atos antidemocráticos que padecem com a ausência de insumos que deveriam estar disponíveis a qualquer pessoa presa.**

2.9. Inspeção no CDP II, 13/01/2023. Da coleta do material genético.

Assim que tomaram conhecimento informal do início da coleta de material genético por peritos da Polícia Federal, membros da Defensoria Pública do Distrito Federal compareceram ao Centro de Detenção Provisória II, às 16h30, do dia 13/01/2023, para verificar a situação. Ao chegar na Unidade, foram acompanhados pelo diretor jurídico Justino até o perito da Polícia Federal responsável pela colheita do material. Este informou que **estavam em cumprimento de determinação do Min. Alexandre de Moraes e que a coleta consistia na introdução de um *swab* no nariz dos custodiados e coleta das digitais.** Segundo o perito informou, havia um termo de consentimento e que naquele dia apenas seis detentos se recusaram.

Posteriormente, por volta das 17:00 hrs, os mesmos membros da Defensoria Pública do Distrito Federal compareceram ao CDP I para verificar as condições dos presos que estavam em audiência de custódia. **Em conversa com diversos custodiados, muitos relataram que algumas celas já estavam com 22 detentos, em um local com 8 camas.** Considerando ainda a quantidade de presos residentes fora do Distrito Federal (mais de 95%), muitos se mostraram ansiosos com a situação familiar, uma vez que não tiveram direito à realização de uma ligação telefônica.

Constatou-se ainda que **muitos presos estavam com a mesma roupa do dia da prisão, não tendo recebido uniforme da unidade prisional. Houve ainda grande uma reclamação do fornecimento de toalhas,** uma vez que estavam dividindo toalhas (1 toalha para cada 2 presos).

The background features abstract, overlapping shapes in teal, white, and dark blue. A large white shape with a curved edge is prominent on the left side, partially overlapping a teal shape below it. The text is positioned in the upper right quadrant of the page.

3. DO ACOMPANHAMENTO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

Ainda no início da semana, dia 09 de janeiro de 2023, a Defensoria Pública da União, por meio da Portaria DPGF n. 38/2023, estruturou uma força-tarefa de defensores e defensoras públicas federais para a atuação nas audiências de custódia, prestação de assistência jurídica integral e gratuita e inspeção no sistema penitenciário do distrito federal.

Ao todo, **39 membros integraram a equipe e acompanharam diuturnamente a realização dos atos**, sob coordenação da Secretaria de Atuação no Sistema Prisional e dos/as defensores/as criminais da 2ª Categoria em Brasília/DF. A lista para atuação extraordinária de Defensores/as Públicos/as Federais nas audiências de custódias foi encaminhada ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região e durante toda a semana foram instaurados mais de 1.000 Processos de Assistência Jurídica, realizadas centenas de audiências de custódia, estabelecido canal de comunicação com familiares e outras defensorias, entre outras medidas.

No âmbito da Defensoria Pública do Distrito Federal, iniciou-se a realização das audiências de custódia no âmbito do TJDF no dia 11 de janeiro, no turno da tarde, pelos Juízes e Defensoras e Defensores Públicos atuantes no Núcleo de Audiência de Custódia do Distrito Federal.

Nos dias 12 a 15 de janeiro, essa força-tarefa continuou, na forma da Decisão n.º 3/2023 - DPDF/CG, com a participação de **64 Defensoras e Defensores Públicos do Distrito Federal**, dentre os que efetivamente participaram e os que estavam em sobreaviso, em dois turnos, em coordenação com a Assessoria Especial e o Núcleo de Audiência de Custódia da Defensoria Pública do Distrito Federal. Houve ainda encaminhamentos ao Núcleo de Execução Penal, **para atendimento de saúde, gerando aberturas de pedidos de providências junto à Vara de Execuções Penais do DF, além de realização de diversas ligações aos familiares.**

Durante a realização das audiências de custódia, constataram-se ações e omissões que, em alguma medida, apresentaram contradição a direitos e garantias fundamentais. Apesar da gravidade dos fatos, é exatamente em contextos como o atual que o Estado Democrático de Direito é testado ao limite para garantir, inclusive aos que o negaram, os direitos fundamentais sem qualquer tipo de discriminação.

Cabe lembrar que são objetivos da Defensoria Pública a afirmação do Estado Democrático de Direito, a prevalência e efetividade dos direitos humanos e a garantia da ampla defesa e do contraditório (Art. 3º-A, LC n. 80/94).

Por isso, o monitoramento caminha na exata esteira dos objetivos do órgão constitucional e, atenta a esses objetivos, a Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do Distrito Federal registram tais violações em razão da sua função institucional prevista no art. 134, da Constituição Federal, no art. 4º, III, V, VII, da Lei Complementar n. 80/94, arts. 261, § ún., e 310, do Código de Processo Penal e art. 81-A, da Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984).

3.1. Violações constatadas

- **Marcos Convencionais, Legais e Jurisprudenciais Violados**

- . Constituição Federal de 1988;
- . Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica);
- . Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos;

- . Código de Processo Penal;
- . Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84);
- . Parâmetros Internacionais oriundos do Caso Acosta Calderón v. Equador; Caso Chaparro Álvarez e Lapo Iñiguez v. Equador; Caso Cabrera Garcia e Montiel Flores v. México; no Caso López Álvarez v. Honduras;
- . Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes da ONU;
- . Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Mandela);
- . Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok);
- . Decisões do Supremo Tribunal Federal proferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347 e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5240;
- . Resolução nº 213, de 15 de dezembro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça.

3.1.1. Delegação Parcial de Poderes para Realização das Audiências de Custódia pelos Juízes de Primeira Instância

Considerando os termos do artigo 310 do Código de Processo Penal, a partir de alteração promovida pela Lei 12.403, de 04 de maio de 2011, o Ministro do Supremo Tribunal Federal proferiu decisão nos autos do Inquérito

4.879 delegando parcialmente a competência para a realização das audiências de custódia dos presos aos Juízes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **A delegação foi tão somente no que diz respeito à regularidade formal do ato de prisão e perguntas legais e normativas, ficando reservada à Suprema Corte a apreciação de quaisquer pedidos das partes**, inclusive no que diz respeito ao previsto no art. 310, I, II e III, do Código de Processo Penal, que versa sobre as audiências de custódia.

Acerca do instituto da audiência de custódia, o artigo 7º, 5, da Convenção Americana de Direitos Humanos (também denominado de Pacto de São José da Costa Rica), determina que "*Toda pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais (...)*". No mesmo sentido, assegura o art. 9º, 3, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, que "*Qualquer pessoa presa ou encerrada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções (...)*".

O Brasil aderiu à Convenção Americana em 1992, tendo-a promulgada pelo Decreto n. 678, em 6 de novembro daquele ano. Da mesma forma, após ter aderido aos termos do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) naquele mesmo ano de 1992, houve sua promulgação pelo Decreto n. 592. Portanto, tais disposições normativas, ao serem incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro a partir da internalização dos referidos tratados, vigoram no Brasil com hierarquia supralegal, de acordo com a jurisprudência do STF proferida do Recurso Extraordinário nº 466.343/SP, de Relatoria do Ministro Cezar Peluso, em 22.11.2006.

Importante destacar que, diante de expressa previsão no artigo 310 do Código de Processo Penal, a mera comunicação da prisão ao juiz, nos termos previstos no art. 306 do Código de Processo Penal, não é suficiente para a satisfação do direito à audiência de custódia. O **preso deve ser apresentado pessoalmente, devendo ser franqueada a oportunidade de se dirigir diretamente ao magistrado que preside o ato**. É nesse sentido que a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos vem sendo construída, como no caso **Acosta Calderón v. Equador**, em que restou entendido que *"o simples conhecimento por parte de um juiz de que uma pessoa está detida não satisfaz essa garantia, já que o preso deve comparecer pessoalmente e dar a sua declaração perante o juiz"*³. Seguindo o mesmo entendimento, a Corte Interamericana destacou, no caso **Chaparro Álvarez e Lapo Iñiguez v. Equador**, que *"para satisfazer a exigência do artigo 7.5 de 'ser levado' ante um juiz, a autoridade judicial deve ouvir pessoalmente o preso e valorar todas as explicações que este forneça, para decidir se procede a libertação ou a manutenção da privação de liberdade"*⁴.

O próprio Supremo Tribunal Federal, ao considerar o estado de coisas inconstitucionais do sistema prisional brasileiro em decisão proferida na **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347**, consignou a obrigatoriedade da apresentação da pessoa presa à autoridade judicial competente. Além disso, em decisão prolatada na **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5240**, declarou a constitucionalidade da disciplina pelos Tribunais da apresentação da pessoa presa à autoridade judicial competente.

O Conselho Nacional de Justiça, por sua vez, através da **Resolução nº 213**, de 15 de dezembro de 2015, determina que *"toda pessoa presa em flagrante delito, independentemente da motivação ou natureza do ato, seja obrigatoriamente apresentada, em até 24 horas da comunicação do flagrante,*

à autoridade judicial competente, e ouvida sobre as circunstâncias em que se realizou sua prisão ou apreensão”.

Não há nenhuma dificuldade em se identificar o que significa e quais são os propósitos da audiência de custódia. **Trata-se simplesmente de assegurar uma aproximação entre julgador e investigado, mediada pelo contraditório que é garantido com a presença do Ministério Público e da defesa**, fazendo-se da ocasião o ambiente propício para, primeiramente, evitar e eventualmente fazer cessar atos de tortura ou maus tratos provocados no investigado, e, em segundo lugar, promover um espaço democrático de discussão acerca da legalidade e da necessidade da prisão.

Observa-se pela leitura do artigo 310 do Código de Processo Penal que o Juiz que presidir a audiência de custódia deverá, fundamentalmente, decidir pelo relaxamento da prisão, concessão da liberdade provisória ou conversão da prisão em flagrante em preventiva, desde que atendidos os requisitos legais.

Com efeito, ao determinar o “desmembramento”, por assim dizer, das competências da audiência de custódia, **foi restringida a apreciação de quaisquer pedidos das partes direcionados aos juízos auxiliares, inclusive aqueles relacionados ao objeto da própria audiência de custódia**. Além disso, a autoridade judiciária que decidir efetivamente pela ilegalidade da prisão, ou eventual conversão do flagrante em preventiva, que no caso será o Ministro relator do Inquérito, **não terá tido contato com a pessoa custodiada, sendo que os pleitos de liberdade formulados pelas defesas não têm qualquer prazo para serem analisados**, o que acarreta, por consequência, um total esvaziamento do instituto.

Oportuno destacar que a necessidade de imediato relaxamento da prisão, diante da constatação de ilegalidade, está consagrada na Constituição Federal, no artigo 5º, inciso LXV, ao estipular que “prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária”.

Portanto, além dos normativos supralegais, citados, presentes na Convenção Americana de Direitos Humanos e no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, a decisão proferida se contrapõe à jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, bem como à jurisprudência, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, do próprio Supremo Tribunal Federal.

A decisão viola, ainda, o artigo 5º, inciso LXV da Constituição, a literalidade do artigo 310 do Código de Processo Penal, bem como esvazia as determinações contidas na Resolução nº 213, de 15 de dezembro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça. Dessa forma, a medida acaba por subverter um instrumento célere de interrupção e reparação de ilegalidades das prisões em flagrante. **A audiência de custódia é esvaziada e perde efetividade na preservação dos direitos das pessoas custodiadas.**

3.1.2. Manutenção da pessoa custodiada mesmo após manifestação da acusação pela liberdade

A Lei nº 13.964/2019, ao suprimir a expressão “de ofício” que constava no art. 282, §§ 2º e 4º e no art. 311, todos do Código de Processo Penal, **vedou, de forma absoluta, a decretação da prisão preventiva, ou imposição de medidas cautelares diversas da prisão, sem o prévio requerimento do Ministério Público, seja no curso da investigação criminal ou do processo.** Não é mais lícito, portanto, com base no

ordenamento jurídico vigente, a atuação *ex officio* do Juízo processante em tema de privação cautelar da liberdade.

Insta salientar que a Constituição Federal, ao promover a separação das funções de acusação e julgamento, adota o sistema acusatório de persecução penal, garantindo que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, conforme previsão do artigo 5º, LIV. Nessa perspectiva, **manifestando-se o órgão acusatório, quando da realização da audiência de custódia, pela concessão da liberdade, com ou sem aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, a soltura é medida que se impõe**, sob o risco de perpetuação *ad infinitum* de uma prisão de ofício, não admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Nas audiências de custódias realizadas no decorrer dos dias 10/01/2023 a 15/01/2023, a Defensoria Pública da União elaborou sistema de registro com as audiências em que o Ministério Público Federal se manifestou pela concessão da liberdade provisória, com ou sem aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. A partir do momento em que o órgão acusatório requer a liberdade da pessoa custodiada, a literalidade dos artigos 311 e 282, §2º do Código de Processo Penal deve ser seguida, não havendo que se admitir a manutenção de uma prisão de ofício ou imposição de cautelares sem requerimento da acusação nesse sentido.

A reforma legislativa operada em 2019 nada mais fez do que adequar o Código de Processo Penal ao sistema acusatório instituído pela própria Constituição Federal. O próprio Supremo Tribunal Federal, no julgamento do **Habeas Corpus nº 188.888/MG** reconheceu, por unanimidade da 2ª Turma, **a impossibilidade jurídica de o magistrado, mesmo fora do contexto da audiência de custódia, decretar, de ofício, a prisão preventiva de qualquer pessoa** submetida a atos de persecução

criminal (seja inquérito policial, procedimento de investigação criminal ou processo judicial), "tendo em vista as inovações introduzidas nessa matéria pela recentíssima Lei nº 13.964/2019 ("Lei Anticrime"), que deu particular destaque ao sistema acusatório adotado pela Constituição, negando ao Juiz competência para a imposição, *ex officio*, dessa modalidade de privação cautelar da liberdade individual do cidadão (CPP, art. 282, §§ 2º e 4º, c/c art. 311)", conforme o voto do relator.

Portanto, resta evidente que, com a delegação parcial dos poderes para a realização da audiência de custódia por partes dos juízes de primeira instância, as prisões que se perpetuam, mesmo com pedido do órgão acusatório pela soltura, estão em confronto com o ordenamento jurídico brasileiro.

3.1.3. Não apresentação do preso no prazo de 24 horas

Antes da previsão expressa em lei, não havia uma definição exata do que seria a "condução sem demora" do preso à presença de autoridade judiciária competente. A Corte Interamericana de Direitos Humanos na decisão proferida no Caso **López Álvarez v. Honduras**⁵, considerou o prazo de 24 horas compatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos, sendo digno de registro o fato de que tal prazo foi também definido pelo legislador brasileiro para a submissão da prisão em flagrante à apreciação judicial (art. 306, §1º, CPP). A partir da alteração promovida pela 12.403/2011, o artigo 310 do Código de Processo Penal passou a prever **expressamente o prazo de 24 horas**, também presente na Resolução nº 213, de 15 de dezembro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça.

No caso **Cabrera Garcia e Montiel Flores v. México**, a Corte Interamericana decidiu que a apresentação do preso ao juiz em prazo de 5 dias se afigurava incompatível com a "condução sem demora"⁶. Por sua vez,

no caso **Chaparro Álvarez e Lapo Íniguez vs. Equador**⁷, a Corte Interamericana reconheceu a violação do direito de custódia pela ofensa à celeridade exigida pela CADH em razão da condução do preso à presença do juiz a partir do quarto dia.

Em relação às pessoas presas a partir de 08/01/2023, em decorrência da participação na prática dos atos antidemocráticos ou por força de decisão proferida no Inquérito 4.879, **não foi observado o prazo de 24 horas para realização das audiências de custódia, havendo casos de pessoas apresentadas em juízo cerca de 06 (seis) dias depois da prisão.**

Não se pode negar que a situação vivenciada foge à normalidade, em razão da detenção de um grande número de pessoas em curto intervalo de tempo, com encaminhamento ao sistema prisional de um único ente da federação, no caso o Distrito Federal. Entretanto, considerando que grande parte das audiências de custódia foram e estão sendo realizada por meio virtual, sem a necessidade da operacionalização de uma logística de deslocamento de presos, bem como que as Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal se fizeram presentes em absolutamente todas as salas de audiência que foram instauradas, prestando célere assistência jurídica, **não se justifica o excesso de prazo na apresentação dos custodiados ao Judiciário para realização das audiências de custódia.**

Acrescente-se, ainda, que é responsabilidade do Estado, que determinou a privação da liberdade dessas pessoas sob fundamento de observância à norma legal, cumprir também a norma no que diz respeito aos direitos e garantias processuais naquela estabelecidos.

A partir do disposto no Código de Processo Penal, na Resolução 213, de 15 de dezembro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça, nos precedentes

citados da Corte Interamericana, o excessivo prazo de apresentação das pessoas detidas configura violação à norma processual penal que deve ensejar o imediato relaxamento das prisões.

3.1.4. Negativa do direito ao contato com familiares ou pessoa indicada

De acordo com expressa previsão contida no artigo 5º, inciso LXII, da Constituição Federal, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre devem ser comunicados **imediatamente** ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. O artigo 306 do Código de Processo, em observância ao ditame constitucional, prevê, por sua vez, que a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados **imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.**

Nas prisões ocorridas a partir de 08/01/2023, em decorrência da participação na prática dos atos antidemocráticos ou por força de decisão proferida no Inquérito 4.879, **não se constatou o respeito ao direito constitucional de comunicação do preso com familiar ou pessoa por ele indicada.**

Não se pode perder de vista que o artigo 136, parágrafo 3º, inciso IV da Constituição Federal estipula que, mesmo na vigência do estado de defesa, é vedada a incomunicabilidade do preso. A incomunicabilidade do preso é situação excepcional e deve seguir os ditames estabelecidos pelo artigo 21 do Código de Processo Penal, quando o dispositivo determina que a incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.

É inegável que no caso presente **não há absolutamente qualquer justificativa para se manter o estado de incomunicabilidade dos**

custodiados, sendo que, ainda que houvesse, a motivação deveria constar da decisão proferida nos autos do Inquérito 4.879, o que não ocorreu. Portanto, observou-se o malferimento de preceito constitucional expresso, que determina a comunicação da prisão a familiar ou pessoa indicada.


3.1.5. Auto de Prisão em Flagrante deficitário

O Código de Processo Penal, em seu artigo 304 e seguintes, determina quais documentos devem instruir o auto de prisão em flagrante, sendo que a observância da documentação estipulada por lei visa, a um só tempo: i) garantir à pessoa presa informações sobre os motivos que levaram à sua prisão, ii) permitir à defesa a prestação jurídica adequada, sobretudo, possibilitando a formulação de pedidos de relaxamento e liberdade; iii) preservar o controle de legalidade da prisão por parte do Ministério Público e Poder Judiciário.

Não há dúvida de que a observância dos preceitos legais no momento da privação de liberdade de uma pessoa é medida que se impõe dentro de um Estado Democrático de Direito, sob pena de se admitir o excesso do uso da força e possíveis arbitrariedades. O Supremo Tribunal Federal, nos autos do julgamento do **Habeas Corpus nº 186.490/SC**, pela 2ª Turma, em 10/10/2020, reconheceu que o auto de prisão em flagrante qualifica-se como **ato de formal documentação**, *“tendo por precípua finalidade evidenciar – como providência necessária e imprescindível que é – a regularidade e a legalidade da privação cautelar da liberdade do autor do evento criminoso, o que impõe ao Estado, em sua elaboração, a observância de estrito respeito às normas previstas na legislação processual penal, sob pena de caracterização de injusto gravame ao status libertatis da pessoa posta sob custódia do Poder Público”*.

No decorrer das audiências de custódia realizadas, **observa-se uma grande quantidade de autos de prisão em flagrante deficitários, isto é, não instruídos com a documentação indicada no artigo 304 e seguintes do Código de Processo Penal**, tais como oitiva do condutor, testemunhas e exame de corpo de delito. Quanto ao exame de corpo de delito, importante lembrar que a **Resolução 213** do Conselho Nacional de Justiça estipula, em seu artigo 8º, inciso VII que, na audiência de custódia, a autoridade judicial entrevistará a pessoa presa em flagrante, devendo verificar se houve a realização de exame de corpo de delito, determinando sua realização nos casos previstos na própria Resolução.

Assim, em atenção à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que reconhece o auto de prisão em flagrante como ato de formal documentação, a manutenção das privações de liberdade mesmo diante dos autos de prisão sem os documentos exigidos por lei, configura quadro que deve ser sanado **pelo imediato relaxamento das prisões efetuadas em desacordo com a legislação**.

The background features abstract, overlapping shapes in teal, white, and dark blue. A large white shape with rounded corners is prominent on the left side, partially overlapping a teal shape below it. The text is positioned on the right side of the image.

4. MEDIDAS JURÍDICAS ADOTADAS

Como já mencionado, ainda no dia 10 de janeiro de 2023 foi protocolado na Secretaria de Administração Penitenciária do DF pedido de informações e dados para aferição do impacto proporcionado pela quantidade de prisões efetivadas pela Polícia Federal. Àquela altura os dados ainda eram muito voláteis em razão da pendência de conclusão dos trabalhos na ANPF e do contínuo fluxo de pessoas que ingressavam no sistema penitenciário do Distrito Federal.

Por isso, aguardou-se o encerramento do fluxo de triagem e lavratura das prisões em flagrante para a expedição de novo ofício, em 13 de janeiro de 2023, que demonstra a situação do sistema penitenciário após a conclusão de todas as prisões. No ofício, a Defensoria Pública da União requisitou informações sobre o total de vagas e a ocupação (lotação) no sistema penitenciário do Distrito Federal, bem como a resenha diária com o número de vagas e lotação por alas, blocos e unidades prisionais.

Em resposta, a Secretaria de Administração Penitenciária apresentou todos os dados solicitados, dos quais destacamos os seguintes:

- O sistema penitenciário do Distrito Federal possui 8.651 vagas, no entanto, conta atualmente com 16.783 custodiados;
- A Penitenciária Feminina do Distrito Federal está com mais mulheres privadas de liberdade (1.161) do que vagas (1.028). A detenção de um número elevado de mulheres acarretou uma situação de superlotação que se acentua em alguns espaços da penitenciária, o que se observa nas alas do Bloco VI e nas Alas A e B do Bloco III: onde há 11 vagas, **estão presas 91 mulheres; onde há 24 vagas, estão presas 105 mulheres;**
- As condições do CDP II indicam uma ocupação de **mais de 200% da capacidade máxima**. Onde deveriam estar recolhidos 980 presos, estão 2.236. As alas dos blocos IV e VI,

para onde foram enviadas as pessoas presas nos últimos dias, possuem 98 vagas, mas estão comportando 237, 223, 197 e 201 pessoas. A superlotação também se reflete em outros blocos da unidade prisional (II e VII, por exemplo) e no Centro de Detenção Provisória I, com 1.331 pessoas em privação de liberdade.

Diante desse cenário, as Defensorias Públicas, exercendo sua função constitucional como órgão de promoção dos direitos humanos e órgão legitimado pela Lei de Execuções Penais (Lei n. 7.210/1984) para velar pela regular execução da pena oficiando no processo para a defesa das pessoas em situação de vulnerabilidade em todos os graus e instâncias, de forma individual e coletiva, adotaram medidas para evitar o colapso do sistema penitenciário no Distrito Federal e garantir a observância dos direitos e garantias fundamentais de todas as pessoas privadas de liberdade.

As medidas tomadas observaram os objetivos da Defensoria Pública (art. 3º-A), notadamente nos seguintes eixos: afirmação do Estado Democrático de Direito, promoção dos direitos humanos e garantia da ampla defesa e do contraditório.

No domingo (08/01), o Defensor Público-Geral Federal emitiu nota em que repudia a agressão às instituições públicas e ao Estado Democrático de Direito. Naquela ocasião, o chefe institucional também providenciou para a atuação coletiva da DPU como expressão e instrumento do regime democrático a fim de apurar responsabilidade e adotar medidas preventivas e reparadoras em face de atos de tal natureza golpista.

Além disso, em conjunto com outras instituições e redes nacionais de direitos humanos, a DPU emitiu nota pública em que expressa o repúdio aos ataques promovidos contra a democracia brasileira e solicita a adoção de

medidas imediatas das autoridades responsáveis. No mesmo sentido, a Defensoria Pública do Distrito Federal e o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais – CONDEGE emitiram notas públicas condenando os atos antidemocráticos.

Na segunda-feira (09/01), DPU e DPPDF requisitaram informações ao Governo do Distrito Federal para a apuração das responsabilidades e medidas preventivas e reparatórias, notadamente quanto ao plano de ação adotada, o efetivo policial, a identificação das autoridades, a prevenção de novos atos e a responsabilização dos envolvidos.

No mesmo dia, o Secretário-Geral de Articulação Institucional e o Secretário de Acesso à Justiça, em conjunto com a Chefia e o plantão da unidade da 2ªCatDF, compareceram à Academia Nacional de Polícia para averiguar as condições de detenção e o fluxo para oitiva das pessoas conduzidas, obtendo informações para novas atuações.

Também na segunda-feira (09/01), foi estruturada força-tarefa de defensores e defensoras públicas federais para a atuação nas audiências de custódia, prestação de assistência jurídica integral e gratuita e inspeção no sistema penitenciário do distrito federal.

Na terça-feira (10/01), em missão articulada entre a SGAI, o Grupo Nacional de Trabalho Pessoas em Situação de Prisão e a DPPDF, realizamos mais uma visita à Academia Nacional de Polícia, reunimo-nos com a Secretária de Administração Penitenciária do DF, visitamos os Centros de Detenção Provisória e a Penitenciária Feminina do DF, reunimo-nos com a Ouvidoria e o Ministro de Estado do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, dialogamos com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e participamos de reunião com a juíza da Vara de Execuções Penais do Distrito

Federal a fim de coligir informações e dados para a atuação da Defensoria Pública.

Na mesma trilha, estamos acompanhando, em parceria com a DPDF, os desdobramentos da recente decisão do Min. Alexandre de Moraes que, reconhecendo a competência do STF em razão do Inquérito n. 4.879, determinou ao TJDF e ao TRF1, na condição de órgãos jurisdicionais delegatários, a realização das audiências de custódia, bem como a notificação das Defensorias para participação nos esforços concentrados.

Também na terça-feira, por intermédio da Assessoria de Atuação no Supremo Tribunal Federal (AASTF), a DPU em conjunto com a DPDF, protocolou pedido de liberdade perante o Supremo Tribunal Federal em favor de grupos em situação de vulnerabilidade que, conforme precedentes do próprio STF, preenchem os requisitos para responder às acusações em liberdade. **A petição também engloba pedido em favor da população que já se encontrava no sistema penitenciário do DF, tendo em vista que serão também afetados pelos danos de eventual colapso do sistema prisional.**

Na quarta-feira (11), a AASTF da DPU peticionou perante o Supremo Tribunal Federal requerendo a reconsideração da decisão do Min. Alexandre de Moraes a fim de que os juízes responsáveis pela realização das audiências de custódia pudessem conceder a liberdade ou determinar a aplicação de medidas cautelares diversas. O pedido teve como base a Constituição Federal (art. 5º, LXV), a Convenção Americana de Direitos Humanos (art. 7.5), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 9.3) e o Código de Processo Penal (art. 300).

Na quinta-feira (12/01), a Defensoria Pública do Distrito Federal e a Defensoria Pública da União interuseram recurso de agravo em execução

com pedido de liminar nos autos nº 0400061-70.2023.8.07.0015 que tramita na Vara de Execuções Penais do DF, medida esta que ensejou a revogação da decisão que permitia a alocação de mulheres no bloco VI do CDP I (presídio masculino), em sede de juízo de retratação.

Na sexta-feira (13/01), a Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do Distrito Federal peticionaram nos autos da Reclamação n. 53.005/DF a fim de que o Ministro Gilmar Mendes apreciasse pedido de aplicação da Súmula Vinculante n. 56 com a concessão de saída antecipada mediante monitoramento eletrônico das mulheres em regime semiaberto na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. A medida significaria a liberação de mais 120 vagas na unidade prisional, que atualmente se encontra em situação de superlotação.

No sábado (14/01), a Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do Distrito Federal encaminharam ao Juízo da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal (VEP/DF) requerimento para ampliação dos itens a serem entregues dentro da “cobal”, sacola com alimentos e itens de higiene e limpeza, além da implementação do recebimento pelo serviço de transporte e distribuição dos Correios aos mais de 1.100 (mil e cem) presos nos atos antidemocráticos realizados na Praça dos Três Poderes e na desmobilização do acampamento ocorridos em 8 e 9 de janeiro, **favorecendo, igualmente, toda a população carcerária.**

A solicitação deu-se porque, com menos internos, já eram comuns as queixas sobre a insuficiência dos gêneros alimentícios, materiais de higiene e saúde fornecidos pelos estabelecimentos prisionais e, com o aumento da demanda, se mostra razoável o incremento no envio de insumos e alimentos para atender necessidades com qualidade e em quantidade suficientes. **As Defensorias solicitaram, ainda, que o funcionamento das cantinas**

localizadas dentro dos estabelecimentos prisionais do Distrito Federal seja mantido, com ampliação dos produtos disponíveis à venda.

Desde o início dos acontecimentos, a Defensoria Pública da União, em parceria com a Defensoria Pública do Distrito Federal e outras Defensorias Públicas Estaduais, criou canal de comunicação para familiares, realizou atendimentos dentro das unidades prisionais, efetivou inspeções sobre as condições de encarceramento, exerceu a defesa em audiências de custódia, entre outras providências. Foram realizadas missões conjuntas na Academia Nacional de Polícia, na Penitenciária Feminina do Distrito Federal e nos Centros de Detenção Provisória I e II, do Distrito Federal.

Ao todo, já foram instaurados mais de 1.000 processos de assistência jurídica em decorrência do acompanhamento dos trabalhos nas audiências de custódia. Defensores e defensoras públicas federais e distritais acompanham diuturnamente as salas de audiência e prestam assistência jurídica integral e gratuita a pessoas em situação de hipossuficiência financeira ou jurídica que estejam sem advogado constituído.

The image features a dark blue background with abstract, overlapping shapes in white and teal. The shapes include a large white circle, a teal shape that looks like a stylized 'L' or a thick line, and other curved forms. The text is centered in the upper half of the image.

5. ACOMPANHAMENTO DOS ALVARÁS DE SOLTURA

No dia 20 de janeiro de 2023, membros da Defensoria Pública da União e da Defensoria Pública do Distrito Federal estiveram no Centro de Integrado de Monitoração Eletrônica (CIME), órgão da Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal responsável pela programação e implantação das tornozeleiras eletrônicas nas pessoas que recebem a imposição de tal medida cautelar a partir de ordem judicial.

O objetivo da visita foi verificar de que forma e em quais condições as ordens de concessão de liberdade mediante a imposição de medidas cautelares, proferidas pelo Ministro Alexandre de Moraes, estavam sendo cumprida.

Em diálogo com a diretora do CIME, foi constatado que os alvarás de soltura relativos aos custodiados presos em decorrência dos atos antidemocráticos começaram a ser cumpridos a partir do dia 19/01/2023, tendo havido a colocação de 54 (cinquenta e quatro) tornozeleiras eletrônicas nos custodiados homens durante o dia (sendo 26 de manhã e 28 de tarde). Além disso, foram colocadas 30 (trinta) tornozeleiras em custodiadas mulheres nesse dia 19/01/2023.

Já no próprio dia 20/01/2023, estava previsto a colocação de um total de 152 (cento e cinquenta e duas) tornozeleiras, sendo 100 (tornadozeleiras) seriam destinadas aos homens e 52 (cinquenta e duas) às mulheres.

A média para colocação de cada tornozeleira é de 40 minutos por servidor. No dia 20/01/23, a informação fornecida pela diretora do CIME era de que havia naquele momento 494 (quatrocentos e noventa e quatro) tornozeleiras no estoque, sendo que a previsão para colocação de todas, em cumprimento às determinações do Ministro Alexandre de Moraes, era até domingo (22/01/2023).

A colocação de tornozeleiras em decorrência de ordens proferidas por outros juízos não estava sendo prejudicada, tendo havido, inclusive, a colocação de 82 (oitenta e duas) tornozeleiras eletrônicas, entre os dias 18/01 e 20/01/2023, em razão de decisão proferida pelo Ministro Gilmar Mendes nos autos da Reclamação que trata das presas do Distrito Federal que se encontravam em regime semiaberto com trabalho externo.

A diretora do CIME informou que a SEAP estruturou regime de mutirão dos servidores, permitindo que o Centro de Monitoração Eletrônica recebesse 10 (dez) servidores extras para auxiliar no serviço.

Os pertences dos custodiados estavam sendo enviados pelas unidades prisionais, para que os liberados tivessem acesso logo após a colocação das tornozeleiras, com exceção dos celulares, que continuavam apreendidos. As pessoas colocadas em liberdade recebiam os alvarás de soltura com todas as cautelares discriminadas. Os liberados estavam tendo, ainda, a oportunidade de avisar um familiar ou pessoa próxima sobre a soltura, sendo que no caso da ausência de familiar ou amigo, um advogado podia ser acionado.

A maioria das pessoas liberadas estavam sendo recepcionadas por familiares e pessoas próximas, com possibilidade de volta imediata aos seus respectivos domicílios. Em relação às pessoas sem possibilidade financeira de regresso ao local de domicílio e sem qualquer contato, a Defensoria Pública do Distrito Federal disponibilizou cartões de orientação a respeito da possibilidade de tais pessoas procurarem a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES/DF) para adoção de providências em relação à emissão de passagens.

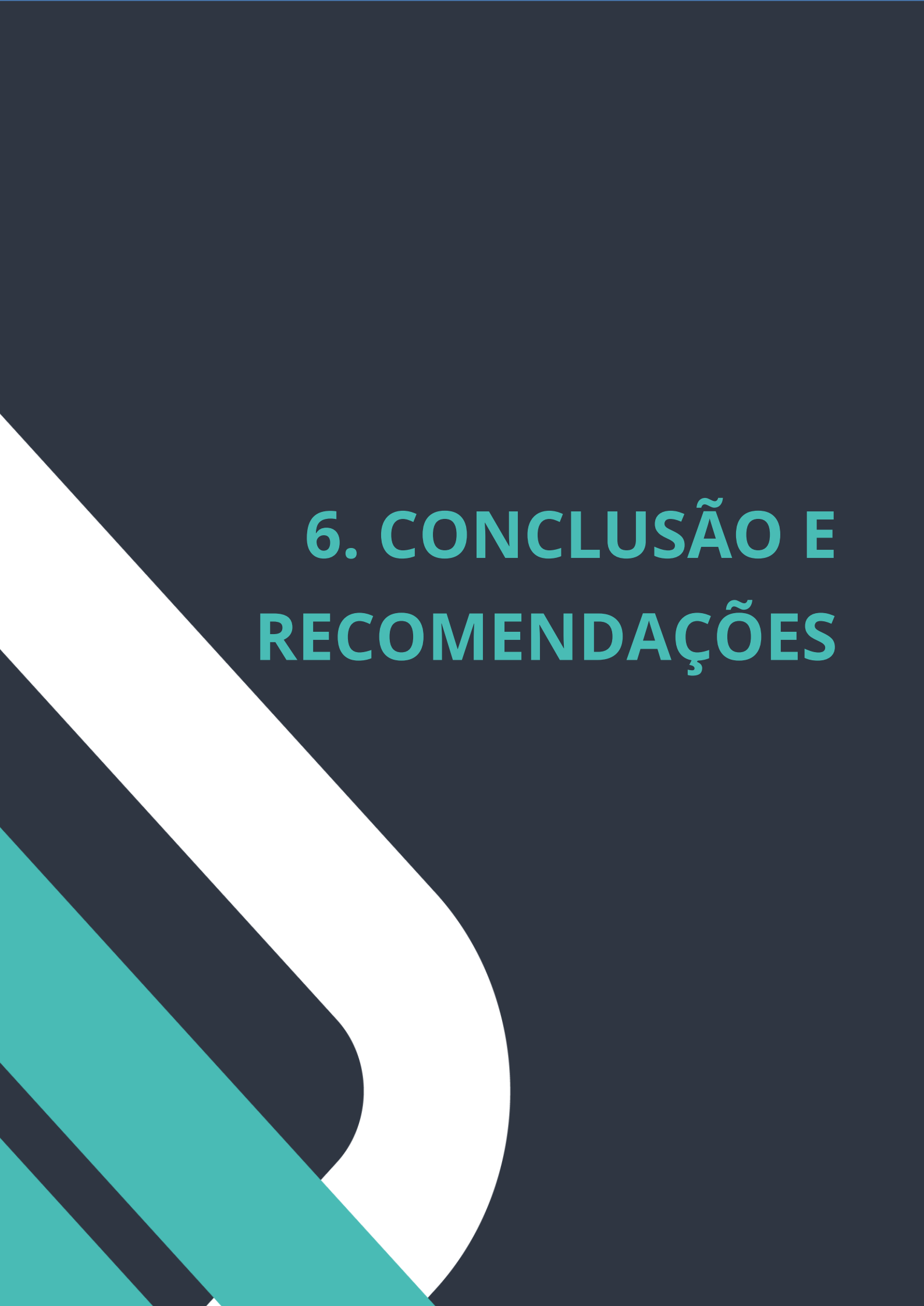
As pessoas custodiadas estavam sendo levadas ao CIME algemadas e assim permaneciam até a chegada ao local, onde as algemas eram retiradas

e as pessoas aguardavam serem chamadas. A alimentação estava sendo fornecida com itens de lanche enviados pelas próprias unidades prisionais.

A seguir, alguns registros fotográficos da visita ao CIME:







6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A despeito da gravidade dos atos praticados contra o Estado Democrático de Direito, é esse mesmo Estado Democrático de Direito que deve se fazer presente na defesa incondicional das garantias e direitos fundamentais sem qualquer tipo de discriminação. A Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do Distrito Federal, como expressão e instrumento do regime democrático, seguirão na sua função constitucional de promoção dos direitos humanos, defesa da democracia e porta de acesso a direitos para todas as pessoas que dela necessitarem, sem qualquer tipo de discriminação.

Atenta aos dados e informações coligidas a partir das inspeções, reuniões, audiências de custódia, ofícios e petições protocoladas, as Defensorias Públicas apresentam as seguintes recomendações aos órgãos e autoridades públicas:

- Os órgãos de persecução penal, durante as necessárias investigações e ações penais quanto aos atos democráticos, devem adotar todas as medidas necessárias para individualizar a conduta dos/as acusados/as pela invasão da Praça dos Três Poderes, primando para que sanção estatal observe os princípios da legalidade, o princípio da culpabilidade, a individualização da pena e a responsabilização subjetiva, sendo contrárias ao ordenamento jurídico nacional a responsabilização objetiva ou coletiva;
- Durante a investigação policial e na superveniência da ação penal pública, deve-se observar o princípio acusatório; garantir a ampla defesa e o contraditório; respeitar os prazos e objetivos da audiência de custódia; garantir a comunicabilidade da pessoa privada de liberdade com seus familiares ou outra pessoa indicada; instruir o Auto de Prisão

em Flagrante e demais peças com toda a documentação exigida por lei; assegurar o direito à constituição de advogado/a por livre escolha da pessoa acusada e, no caso de hipossuficiência financeira ou não constituição, garantir a assistência jurídica integral e gratuita pela Defensoria Pública;

- As autoridades públicas no Distrito Federal têm o dever constitucional de garantir a segurança pública para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (artigo 144 da Constituição Federal), sendo indispensável, sob pena de responsabilidade e prática de ato de improbidade administrativa, a adoção de todas as medidas para prevenir a ocorrência de novos atos antidemocráticos e responsabilizar os autores, mediatos ou imediatos, de agressões ao Estado Democrático de Direito, às suas instituições ou à população em geral.
- Todas as medidas de prevenção, responsabilização e garantia de não repetição devem observar os direitos e garantias fundamentais, não podendo ser admitido que medidas executivas ou processuais estejam em dissonância aos princípios e regras estabelecidas na Constituição Federal, nos tratados internacionais de direitos humanos e nas demais normas do ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, a coleta de material genético e outros meios de prova devem observar a cadeia de custódia (art. 158-A, CPP), o direito constitucional ao silêncio e o princípio da não autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*), conforme artigo 5º, LXIII, da Constituição Federal c/c art. 186, do Código de Processo Penal, a fim de que o/a investigado/a seja

comprovadamente científico do seu direito constitucional previamente à produção da prova;

- À luz do estado de coisas inconstitucional no sistema penitenciário brasileiro (ADPF n. 347), é indispensável que sejam adotadas medidas para diminuir a situação de superlotação das unidades prisionais no Distrito Federal, notadamente mediante a aplicação da Súmula Vinculante n. 56 e a antecipação de saída de pessoas privadas de liberdade, a exemplo de 85 mulheres que se encontravam no regime semiaberto e obtiveram a liberdade mediante monitoramento eletrônico;
- A execução da pena e da prisão preventiva no sistema penitenciário do Distrito Federal deve garantir às pessoas privadas de liberdade todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei, como prescreve o artigo 3º, da Lei de Execução Penal. Nisso se inclui o direito à assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa, a exemplo da obrigação de fornecimento de alimentos com qualidade nutricional e manutenção das celas em observância aos paradigmas internacionais (Convenção Internacional da ONU contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, Regras de Bangkok, Regras de Mandela) e nacionais de direitos humanos (Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária), tais como a área e a cubagem mínima de cela, a entrada de luz solar, o acesso à água potável e materiais para a higiene pessoal, etc;

- As pessoas trans que cumprem pena ou estão presas preventivamente no sistema penitenciário não podem sofrer retrocessos em seus direitos ao trabalho, à educação, a condições dignas de enclausuramento (nisto incluído suficiente espaço nas celas e adequada luminosidade solar), ao banho de sol e aos demais direitos não atingidos pela sentença condenatória. Assim, é urgente que a SEAP adote medidas para que lhes seja assegurado novo espaço na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, já que o local onde estão atualmente alojadas (parlatório de visitas íntimas) não cumpre tais requisitos;
- No que diz respeito às audiências de custódia das pessoas presas em decorrência dos atos democráticos, as Defensorias observaram a necessidade de ser garantida à autoridade judicial delegatária a análise exauriente das condições de prisão e a possibilidade de concessão da liberdade; bem como a necessidade de ser proferida decisão de concessão da liberdade, no mínimo, aos grupos hipervulneráveis já reconhecidos por precedentes do STF, STJ e resoluções do CNJ (idosos, mães ou pais responsáveis por crianças menores de 12 anos ou pessoa com deficiência, pessoas com comorbidades, etc.) e àqueles/as que não possuem pedido de prisão preventiva formulado pelo Ministério Público, em observância ao princípio acusatório e à vedação de prisão ex officio.

Brasília, 23 de janeiro de 2023

Gabriel Saad Travassos
Defensor Público Federal
Secretário-Geral de Articulação
Institucional

Carolina S. C. Lucena de Castro
Defensora Pública Federal
Secretária de Atuação no
Sistema Prisional



Ronaldo de Almeida Neto

Defensor Público Federal
Assessor para Casos de
Grande Impacto Social

Gustavo de Almeida Ribeiro

Defensor Público Federal
Assessor-Chefe da AASTF

André Ribeiro Porciúncula

Defensor Nacional de Direitos Humanos

Ana Valeska Duarte

Perita do Mecanismo Nacional de
Prevenção e Combate à Tortura

Camila Barbosa Sabino

Perita do Mecanismo Nacional de
Prevenção e Combate à Tortura

Carolina Barreto Lemos

Perita do Mecanismo Nacional de
Prevenção e Combate à Tortura

Gabriel Morgado da Fonseca

Defensor Público do Distrito Federal
Núcleo de Audiência de Custódia e
Tutela Coletiva de Presos
Provisórios da DPDF

Amanda Cristina Ribeiro Fernandes

Defensora Pública do Distrito Federal
Núcleo de Audiência de Custódia e
Tutela Coletiva de Presos
Provisórios da DPDF

Felipe Zucchini Coracini

Defensor Público do Distrito Federal
1ª Defensoria Pública de Tutela
Coletiva - Núcleo de Execuções Penais

Ronan Ferreira Figueiredo

Defensor Público do Distrito Federal
Núcleo de Promoção e Defesa dos
Direitos Humanos da DPDF

Juliana Braga Gomes

Defensora Pública do Distrito Federal
Núcleo de Promoção e Defesa dos
Direitos Humanos da DPDF

